Anais da Assembléia

Nº 100 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1.980 ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1.980
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros. Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (**Fabiano Braga Côrtes**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o número 99/80, do Sr. LUIS RENATO PEDROSO, Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, comunica a Vossa Excelência que, em reunião de 29 de agosto último, houve por bem deliberar a demonstração do desagrado da magistratura paranaense pela notícia surgida nesta augusta Assembléia e veiculada nos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", referente ao Juiz de Direito LEÔNIDAS DA SILVA FILHO, da comarca de São José dos Pinhais. Atos desta natureza, além de afetarem a dignidade pessoal de um componente de nossa judicatura, concorrem, infelizmente, para um injustificado desprestigiamento do Poder Judiciário.

Na certeza de que o respeitável Poder que Vossa Excelência tão bem dirige, saberá, em casos tais, tomar as medidas para evitar novos equívocos nesse sentido, no futuro. Valho-me do ensejo para reiterar os nossos protestos de elevado apreço e consideração. - **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 92/80, Mensagem Governamental nº 41/80, que visa criar cargos nas carreiras de Engenharia Civil e dá outras providências, já com pareceres de todas as Comissões Técnicas desta Casa.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelos falecimentos do Delegado da Polícia Civil, ELÓI PAGLIONI e sua esposa, VERA REAL PAGLIONI, ocorrido no dia 09 deste, na Rodovia do Café.

Outrossim, requer que do presente, seja dado ciência ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, rogando que o mesmo transmita essas condolências às famílias do casal extinto.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado em ata um voto de congratulações e louvor pela passagem do "DIA DA IMPRENSA". Com isso, queremos homenagear a todos os homens de imprensa, que mais que um mensageiro do dia-a-dia, é, sem dúvida, com o seu papel nas redações dos jornais e outros meios modernos de comunicação, o construtor do amanhã, e representa parcela importantíssima na recondução democrática do País, contribuindo de forma decisiva e espontânea para o nosso desenvolvimento geopolítico e geoeconômico.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Hoje comemora-se o Dia da Imprensa, que, infelizmente, quase passa despercebido, confinado na notícia a um "pirulito" interno dos jornais, simplesmente, relegado a um portifólio informativo.

A luta da imprensa pela própria sobrevivência é que leva, no afã de aproveitamento de espaço vital e da centimetragem paga, os donos dos veículos de comunicação a relegarem a segundo plano a importância desta data dedicada também ao homem que milita na imprensa diária.

Neste debate diário, destacamos o papel preponderante da imprensa, responsável, muitas vezes, pelas tomadas de decisões no campo político-econômico-social e cultural do nosso povo.

Historicamente, ela é o porta-voz mais legítimo das nossas reivindicações mais justas, desde o Império aos nossos dias, e os revelou o grande repórter da humanidade: Euclides da Cunha, ao retratar a Guerra dos Canudos. Na imprensa, encontramos o vigor e a vivacidade intelectual e sobretudo intuitiva desse aglomerado de gente que povoa as redações e manipulam a notícia.

Enfim, contribuindo de maneira decisiva para com a formação política e social, não só no País mas no mundo inteiro, a imprensa ocupa um lugar fundamental - mesmo diante de outros meios de comunicação de massa, como por exemplo, a televisão.

Isto porque, ela é capaz de tocar mais fundo o espírito analítico do povo e atua como verdadeiro alimento espiritual. A imprensa é, na verdade, a forma populista de condução de

idéias. E, não é à toa que se qualifica como quarto Poder, tamanha é a sua dimensão mobilizadora no campo da informação.

Hoje, o jornal, praticamente, possui uma ideologia mais difusa, mais espontânea e menos elaborada, e se torna um veículo de massa que atinge um enorme segmento do público formador de opinião.

Mas, sempre esteve revestido de luta, pois nem todos os jornais foram bem sucedidos, desapareceram diante das dificuldades impostas pela ação cartelizante das grandes empresas anunciantes. Quantas e quantas redações foram fechadas? Inúmeras, em detrimento da abertura de trabalho e prejudicando as vocações jornalísticas.

Queremos aqui registrar um exemplo da mais alta significação dentro da imprensa, que foi, sem dúvida, a luta pela implantação e sua continuidade, para alcançar um destaque nacional entre os órgãos de divulgação do País. Falo sobre a "FOLHA DE LONDRINA", na minha região, norte paranaense, onde se sobressai nessa refrega, o pioneiro João Milanez, que com muita luta, consegue colocar o seu jornal entre os melhores do interior brasileiro.

Não poderia também esquecer o nome do jornalista Samuel Wainer, recentemente desaparecido, que foi o precursor da reformulação da imprensa brasileira, da nova dimensão visual e sobretudo a valorização do trabalho do jornalista profissional, até então, vilipendiado pelas empresas existentes no País.

Fica aqui, pois, o nosso voto de congratulações, extensivo a todos os veículos de comunicações, particularmente os jornais e revistas, que tanto contribuem com a formação cultural do nosso povo e aos homens de imprensa que são os arautos de hoje e os construtores do nosso futuro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na ata da presente sessão, de um voto de regozijo pela III Reunião de Confraternização da Família ABUJAMRA, e I Reunião Mundial de Confraternização da FAMÍLIA ABUJAMRA, que será realizada nos dias 13 e 14 de setembro de 1980, em São Paulo.

A referida reunião tem por objetivo a confraternização dos descendentes da possivelmente maior família existente em nossa terra, cujo número ultrapassa a casa das mil pessoas, as quais, não obstante a descendência, têm, no sentimento de patriotismo e acendrado amor ao Brasil, uma de suas principais características.

Requer ainda, que do presente, seja dado conhecimento ao Sr. Wilson Abujamra, à Av. Paulista, 807, 3º andar, conj. 321/323, São Paulo - Capital, CEP 01311.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que a responsabilidade da manutenção da estrada que liga a cidade de PRUDENTÓPOLIS com o Distrito de JACIABA, passe a ser feita através de seu órgão competente, o Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

Entendemos que nossa solicitação feita por meio deste requerimento, seja uma das mais justas, uma vez que a Prefeitura Municipal de Prudentópolis não dispõe de recursos técnicos e financeiros para a sua manutenção, devido a mesma contar com aproximadamente cem (100) quilômetros de extensão.

Temos certeza que havendo plenas condições de tráfego, o município alcançará um desenvolvimento econômico dos mais desejados, principalmente por se tratar de uma região essencialmente agrícola.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa ao Sr. Superintendente do INPS do Paraná, Dr. CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, apelando para que aquele Órgão autorize as representações do ex-FUNRURAL dos Municípios de Itapejara do Oeste e Verê, a responder cumulativamente com as representações urbanas e rurais.

Requer-se, outrossim, que do presente requerimento, se dê conhecimento aos Srs. Representantes, Genuir Veronese, de Verê, e Adolfo Kuffner, de Itapejara do Oeste, bem como aos Srs. Prefeitos e Câmaras daqueles Municípios.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Nos Municípios de Itapejara do Oeste e Verê, existem representações do ex-FUNRURAL, que vêm prestando relevantes serviços aos trabalhadores rurais daqueles municípios.

Os trabalhadores urbanos, entretanto, pela sistemática de trabalho adotada, não podem se valer do trabalho daquelas representações, sendo obrigados a se deslocarem para as cidades de Dois Vizinhos, os trabalhadores de Verê e para Pato Branco os trabalhadores urbanos de Itapejara do Oeste, e obrigando-se a fazerem despesas de viagem para requererem um benefício que a lei lhes assegura ou obterem um documento, como a carteira de assistência médica.

É de todo racional, portanto, que o INPS autorize o pleiteado, pois assim, estará colocando os benefícios da assistência previdenciária, médica e hospitalar, mais próximo dos trabalhadores, o que, em síntese, é o que pretende o próprio sistema previdenciário nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofícios ao Sr. Secretário da Educação e à Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, solicitando estudos para a implantação dos Cursos: de Administração com habilitação em Empresas, Comércios Exteriores e Hospitalares, Ciências Contábeis e Direito, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Paranaguá é uma cidade-pólo do Estado, que luta há algum tempo pela ampliação dos Cursos Universitários, e enfrenta todo o tipo de obstáculos, inclusive aqueles que são impostos por funcionários do Ministério da Educação e Cultura, que lançam mão das dificuldades burocráticas, para a aprovação e encaminhamento de um projeto que é aspiração de toda uma comunidade como Paranaguá. Esses cursos universitários pretendidos pela cidade de Paranaguá, são de real importância para todo o litoral paranaense.

Faço aqui um apelo ao Sr. Secretário da Educação e à Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, para que envidem esforços no sentido de ajudar Paranaguá, até que ela seja atendida pelo Conselho Federal de Educação. É o momento de tomarmos uma firme posição em relação a esta questão. Iniciarmos uma campanha para a ampliação de verbas para a Educação e, principalmente, pela ampliação do controle popular sobre os recursos destinados à Educação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Sr. Secretário dos Transportes, Engenheiro NIVALDO ALMEIDA, solicitando providências no sentido de dotar o trajeto Maringá - Curitiba, de maior número de horário de ônibus, principalmente nos finais de semana.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente reivindicação, em virtude do atendimento precário oferecido pela única empresa que atende ao transporte de passageiros entre Maringá e Curitiba.

Pela quarta semana consecutiva, compareci pessoalmente aos guichês da Viação Garcia, em Maringá, em busca de passagem para Curitiba, sempre com o mínimo de vinte e quatro horas de antecedência para o horário de viagem prometida, digo, de viagem pretendida, recebendo sempre a informação "não há mais lugares à venda. Se o senhor pretende viajar no domingo à noite, terá que comprar passagem, no máximo, quinta-feira, e olhe lá". Esta é a resposta. A situação piora muito, quando os finais de semana são prolongados.

Portanto, urge que providências sejam tomadas visando um melhor atendimento aos passageiros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, arquivamento do PROJETO DE LEI Nº 126/80, de sua autoria, que visa declarar de utilidade pública, entidade assistencial sediada em Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 129/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a FRUTIPAR – ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DO ESTADO DO PARANÁ.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTES

JUSTIFICATIVA:

A fruticultura surge no Estado do Paraná como uma das valiosas atividades para a economia do Estado.

Também a Nação brasileira, através desse novo ramo da agricultura, tem oportunidade de economizar escassas divisas, com a substituição de produtos estrangeiros por nacionais.

Como exemplo maior, surge a maçã, cujo consumo de produtos alienígenas é da ordem de aproximadamente noventa por cento.

Igualmente, os demais produtos da fruticultura de clima temperado, assumem papel preponderante para a alimentação da nossa população, e para o impulsionamento da economia, como são os casos da ameixa, do pêssego e da pêra, entre outras atividades que são objeto de interesse da Associação que congrega os fruticultores do nosso Estado.

No Paraná, há poucos anos, foi fundada a Associação que congrega os fruticultores do Estado do Paraná, a FRUTIPAR.

Não obstante, vem gradativamente se impondo como representante do nosso produtor.

Assim, nada mais justo que se consigne o apoio desta Casa para os elevados interesses da fruticultura do Paraná, e nesta certeza, esperamos contar com apoio dos demais Pares.

O SR. PRESIDENTE – (**Fabiano Braga Côrtes**) Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Deputado Federal Norton Macedo, bem como do Presidente da Câmara Municipal de Prudentópolis, que se faz acompanhar do Vereador Genésio Bentchuk, do mesmo município.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi, primeiro orador inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos hoje a tribuna, para encaminhar dois requerimentos que estamos propondo à apreciação do Plenário, um deles com apoiamento do Deputado Antônio Facci. (**Lê**). "Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, preenchidas as formalidades regimentais, REQUER seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento, em acidente rodoviário, do Bacharel ELOI PAGLIONI e de sua esposa, VERA LÚCIA REAL PAGLIONI, assim como seja dada ciência dos sentimentos da Casa às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) RENATO BERNARDI

Apoiamento: ANTÔNIO FACCI".

Em razão deste requerimento, Sr. Presidente, encaminhamos o segundo, com o seguinte teor. (**Lê**):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, preenchidas as formalidades regimentais e ouvido o Plenário, REQUER sejam enviados expedientes aos Excelentíssimos Srs. Ministro dos Transportes e Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando providências urgentes em relação ao estado de conservação, reparação e sinalização da Rodovia do Café, responsável pelo escoamento de grande parte da produção paranaense, e também por centenas de vítimas, provocadas pelo lastimável estado de conservação de suas pistas e acostamento.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

(a) RENATO BERNARDI"

Senhor Presidente, nobres Srs. Deputados.

A comunidade maringaense se sentiu enlutada no dia de ontem, com a notícia do falecimento, em acidente rodoviário, de seu ex-Delegado e até ontem Delegado-Adjunto para o Interior, Bacharel Elói Paglioni. E, Srs. Deputados, estamos cansados de assistir, de ver notícias de falecimentos trágicos ocorridos no Paraná, principalmente na Rodovia do Café, em razão de sua péssima conservação.

É preciso que o Governo do Estado, através de suas forças de influência, de uma vez por todas, consiga junto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que a Rodovia do Café, que deveria estar incluída entre os grandes corredores de exportação do Paraná, responsável por certa de oito milhões de toneladas anuais de transporte, receba do Governo Federal um pouco mais de atenção e cuidado.

Que não bastassem os acidentes e danos materiais serissimos, interrompendo a rodovia, interrompendo o tráfego, perdendo mercadoria.

Semanalmente, recebemos notícias de pessoas da sociedade paranaense, que poderiam ainda dar muito de si próprias para o engrandecimento do Estado, que perdem, lamentavelmente, a vida naquela rodovia, quase sempre em razão de sua péssima sinalização, da inexistência de acostamento e principalmente, os meios de transportes convencionais, de passageiros, que ligam o Norte do Estado à sua Capital, são tão precários

e são tão difíceis, que muitas vezes é preciso uma semana de antecedência, para marcar-se passagem nos ônibus da Viação Garcia e conseguir a locomoção para Curitiba.

Em razão disto, quantas pessoas arriscam a vida com seus automóveis na Rodovia do Café.

Há quinze dias atrás, foi o Vice-Prefeito de Maringá, Dr. Sinclair Sambatti e sua esposa, que sofreram um acidente violento e estão hoje, graças a Deus, em estado de recuperação, mas tiveram tolhido o seu trabalho cerca de sessenta dias.

Ontem, foi o Delegado Paglioni e sua esposa. Já em janeiro, foi o jogador Adriano. E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quantas dezenas de prefeitos, vereadores, professores, diretores de departamento, empresários, já perderam a vida, dadas as precárias condições de conservação, manutenção e sinalização da Rodovia do Café.

É preciso que o Governo do Estado tome algumas providências. A primeira delas, conseguindo transformar aquela rodovia, realmente num corredor de escoamento e num corredor inteiramente viável. A segunda, é preciso que os meios de transporte de passageiros do Norte do Estado para o Sul, ofereçam reais condições para que os usuários não dependam mais do arriscar constante de suas vidas, naquela rodovia.

Obrigado, Sr. Presidente. - (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE – (**Basílio Zanusso**) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Carlos Zanlorenzi.

O SR. CARLOS ZANLORENZI – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (**Lê**):

"As dificuldades que afligem nosso País, são de conhecimento de todo o povo, mas, principalmente de nós, Parlamentares, que no dia a dia da política, nos inúmeros contatos com todos os segmentos da sociedade, sentimos muito mais de perto os problemas que angustiam cada cidadão.

Numa análise fria e desapaixonada, num balanço sem qualquer radicalismo, de há muito chegou-se à conclusão que o sistema administrativo imposto à Nação não é o ideal. Muito pelo contrário. As nossas dificuldades sequer são estacionadas. Dobram, isto sim, a cada cinco anos, levando-nos a situações quase incontroláveis.

Ao lado de nossos protestos e advertências, cabe-nos, principalmente, oferecer instrumentos capazes de neutralizar os desmandos que claramente se apresentam, para, de forma pacífica, buscarmos novos rumos, mais corretos, mais objetivos.

Este trabalho, indiscutivelmente, somente é possível com a organização de um partido forte, que possa constituir-se num instrumento de trabalho à coletividade. Um conduto de aspirações.

Com muito esforço, é certo, porém com absoluto sucesso, o PMDB vem crescendo em todos os municípios do Paraná, particularmente na região metropolitana de Curitiba, que temos a honra de representar, onde a totalidade dos diretórios já estão organizados, não só cumprindo o número mínimo de eleitores exigidos pela lei, mas principalmente, congregando cidadãos da mais alta representatividade em suas comunidades. Dia a dia, surgem novas e importantes adesões, nos dando certeza de que, em pouco tempo, haveremos de, em nome do povo, reconquistar o Poder no Paraná.

Nesta linha de raciocínio, desejo hoje manifestar minha alegria e minha satisfação, pelo ingresso no PMDB, do Vereador Emílio Ferreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Araucária, ocorrido no último sábado. Político de já relevantes serviços prestados à sua comunidade, ao lado de nossos vibrantes companheiros daquele município, estabelece mais um marco do nosso Partido na Região Sul do Estado, assegurando posição importante para as próximas disputas eleitorais. E, o que é mais importante, trata-se de uma liderança altamente conscientizada, que adotou esta posição por estar convencido de que o programa do PMDB é o que melhor se adapta à realidade paranaense e nacional.

Seu ingresso foi consciente, bem ao contrário de adesões adquiridas pelo Partido do oficialismo, mais fisiológica do que filosófica.

De parabéns, portanto, os companheiros de Araucária, pelo ingresso de Emílio Ferreira da Silva no PMDB, somando-se sua presença à de tantos outros que, ideologicamente, têm convicção absoluta de que nossa agremiação caminha para o porto seguro da democracia e do desenvolvimento, que é a aspiração de todo o nosso povo".

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE – (**Basílio Zanusso**) Concedo a palavra ao nobre Deputado Túlio Zanchet, terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. TÚLIO ZANCHET – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (**Lê**): "O problema da segurança, envolvendo motoristas e pedestres, continua um tema cada vez mais atual, em vista dos alarmantes índices de acidentes verificados em nossas ruas e estradas.

Apesar dos esforços do Governo Federal, com campanhas patrocinadas pelo DNER, veiculadas por nossos órgãos de informações, nota-se ainda, em particular nas localidades mais distantes, uma completa desinformação quanto à real utilidade da sinalização rodoviária, por exemplo.

Recebemos, nesses dias, um pedido do Dr. Douglas Araújo, Chefe do Distrito Rodoviário de Francisco Beltrão, no sentido de solicitar, através de pronunciamento nesta Casa, providências das Secretarias da Educação, Transportes e Segurança Pública, visando uma campanha de conscientização, a nível estadual, dos benefícios da compreensão, obediência e preservação dos sinais de trânsito.

A par da segurança de motoristas e pedestres, em especial os escolares, a distribuição sistemática da sinalização rodoviária, como vem infelizmente acontecendo, onera as finanças governamentais, representando um desperdício de recursos públicos que poderiam ser canalizados para metas mais prioritárias.

Estamos sabendo – e nos congratulamos – que a Secretaria da Educação está estruturando uma campanha, agora em fase de treinamento de monitores, com vistas à orientação dos escolares.

Por outro lado, suspeitamos que apenas em forma de campanha - por seu próprio cunho passageira e não abrangente - uma vez que não há previsão para iniciar-se no Interior, em particular no Sudoeste, possa não ter os efeitos globais esperados.

Sugerimos desta tribuna, que as Secretarias de Estado da Educação, Transportes e Segurança Pública, iniciem estudos conjuntos visando a inclusão do relacionmento harmonioso homem - máquina, no currículo escolar.

Isto poderia ser feito, a curto prazo, incluindo-se, por exemplo, no elenco de disciplinas que compõem a área de Estudos Sociais, noções básicas, abrangendo também aulas práticas, do conhecimento dos sinais de trânsito e da necessidade de se obedecer e proteger a sinalização.

A obrigatoriedade destes ensinamentos, já a partir das primeiras séries do 1º Grau, evitaria, temos certeza, um sem-número de ocorrências, beneficiando, numa primeira fase, os próprios escolares, e em seguida, a população como um todo.

Fica aqui a nossa sugestão para uma maior segurança de nossos filhos. Contando com o apoiamento das autoridades estaduais e dos Srs. Deputados.

"Uma nação segura e disciplinada só se consegue através da instrução. Educação para o trânsito é matéria de segurança e, mais que isso, da salvação da vida e do patrimônio comum".

Obrigado, Sr. Presidente. - (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE – (**Basílio Zanusso**) Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao ilustre Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (**Lê**): "A imprensa paranaense noticia hoje, mais um trágico acidente ocorrido ontem, na Rodovia do Café, próximo ao quilômetro 297, em que perderam a vida o Delegado Elói Paglioni e sua esposa, Vera Lúcia, além de provocar ferimentos no motorista e em uma filha do casal, que viajavam no mesmo veículo. A poucos dias, também retratando acidente automobilístico, os jornais abriam espaços para noticiar o gravíssimo estado em que ficaram o Vice-Prefeito de Maringá, Dr. Sinclair Sambatti e sua esposa, Lia Sambatti, ocorrência esta verificada no mesmo trecho da referida rodovia.

Senhor Presidente. Quantos outros acidentes com vítimas têm ocorrido na Rodovia do Café? O noticiário somente toma vulto, quando as vítimas desfrturam de posicionamento social privilegiado, trazendo conseqüentemente a discussão, o péssimo estado dessa rodovia, inegavelmente uma das mais importantes em nosso Estado, ligando Norte ao Sul, construída há muitos anos, mas que permanece sem qualquer cuidado ou mesmo sinais sequer de recuperação.

Por todo o seu percurso, não mais existe sinalização, acostamento, ou para ser mais claro, NÃO TEMOS LEITO DE RODOVIA. Os buracos e deslocamentos de pavimento ocupam maior espaço que o leito conservado da rodovia. O trecho Campo Largo - Sprea, que os usuários da rodovia olhavam com alegria, por perceberem a construção da segunda pista, teve suas obras paralisadas pelo DNER, ocasionando verdadeira revolta de todos quantos se utilizam da estrada, enfim, o atual estado desta importante rodovia é um verdadeiro descalabro, sujeitando-se os seus usuários a risco de vida, toda vez que precisam por ela trafegar.

Ocorre, Sr. Presidente, que se viajar de automóvel de Maringá a Curitiba, corremos mais risco que participarmos de qualquer competição automobilística de alta velocidade, também aqueles que pretendem fazer o mesmo percurso de ônibus, esbarram na falta de horários ou de lugares nos horários existentes.

Tanto é assim, que nas últimas quatro semanas, comparecemos pessoalmente aos guichês da Viação Garcia, em Maringá, única empresa que explora o transporte de passageiros nesta linha, sempre com uma antecedência de, no mínimo, vinte e quatro horas, e não conseguimos êxito, recebendo sempre a mesma resposta: "não há mais lugares à venda. Se o senhor pretende viajar no domingo à noite, terá que comprar sua passagem, no máximo, quinta-feira, e olhe lá".

Ora, como exigir que todos programem suas viagens com tanta antecedência? Por isso é que encaminhamos requerimento, pedindo maior número de horários de ônibus para o percurso, providência que, por certo, tirará grande número de veículos desta rodovia tão perigosa".

O mesmo registro acaba de ser feito pelo Deputado Renato Bernardi, que encaminhou requerimento de nossa autoria, ou melhor, ao qual dei apoiamento de pesar pelo falecimento do Delegado Elói Paglioni.

Na verdade, todos os que por ali trafegam, sentem a falta de presença dos órgãos públicos federais na conservação dessa rodovia. E olha que cada vida que se perde, é muito mais importante que os cortes de determinadas verbas.

Muito obrigado. - (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE – (**Basílio Zanusso**) Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (**Lê**): " Queremos, Sr. Presidente, fazer desta tribuna, o veículo de nossa mensagem de congratulações às lideranças verdadeiramente autênticas da região que temos a honra de representar nesta Assembléia Legislativa, pelo pleno funcionamento da Associação Rural do Oeste - ASSOESTE, recentemente fundada com o alto propósito de pugnar pelos legítimos interesses das classes produtoras do Oeste paranaense, e que reúne as mais destacadas figuras de todos os setores daquela comunidade.

E queremos também, dirigir-lhe o nosso apelo para que a nova e vigorosa entidade, somando seus esforços aos da Prefeitura de Cascavel, e aos da principal cooperativa do município, a COOPAVEL, e contando ainda com o apoio da Secretaria da Agricultura do Estado, se empenhando ao máximo pela instalação de um Colégio Agrícola Regional de Cascavel, a nível de segundo grau e dentro de um duplo regime de internato e semi-internato.

Até o momento, a região dispõe apenas de cursos profissionalizantes, geralmente de efêmera duração e limitado alcance, além de uma escola de nível superior para formar engenheiros rurais. Falta um curso médio que preencha a lacuna e que acolha alunos de todo o Oeste paranaense, que tem em Cascavel o principal centro de convergência social e geográfica.

Outro apelo que desejamos endereçar à ASSOESTE é no sentido de que a mesma mobilize, desde já, para que tenhamos em breve a Exposição Feira e Animal de Cascavel, aspiração de vasto segmento da classe produtora de ampla região que vem dando preciosa contribuição à economia paranaense.

A Associação Rural do Oeste é a entidade específica para incumbir-se dessa importante tarefa a que todos os organismos afins devem prestar a indispensável colaboração, para que a Exposição Feira se transforme num eficaz instrumento de desenvolvimento rural do Paraná.

Era só, Sr. Presidente. - (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE – (**Basílio Zanusso**) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (**Lê**): "A comunicação é o processo de transmitir idéias entre indivíduos. Para os seres humanos, o processo não só é fundamental, como vital. É fundamental, na medida em que toda a sociedade humana - da primitiva à moderna - baseia-se na capacidade do homem de transmitir suas intenções, desejos, sentimentos, conhecimentos e experiência, de pessoa para pessoa. É vital na medida em que a habilidade de comunicar-se aumenta as chances de sobrevivência do indivíduo.

Hoje, 10 de setembro, comemora-se o "Dia da Imprensa". Este ano, a data tem importância fundamental para a imprensa nacional, que tem inclusive a sua própria liberdade colocada em risco. Refiro-me à ação nefasta de grupos de extrema direita, que ameaçam os jornais alternativos, porque estes dizem a verdade. Esse dia deve ser um dia de protesto contra esses maus brasileiros. Esses brasileiros que não se conformam em ouvir críticas e desejam o retorno do regime à ditadura plena.

Por outro lado, o "Dia da Imprensa" este ano, é marcado por um fato triste: a recente morte do jornalista Samuel Wainer, criador da "Última Hora", e membro da direção da "Folha de São Paulo", um dos mais sérios jornais brasileiros. Criador de uma escola que formou, inclusive, muitos profissionais do nosso Estado, Samuel nos deixou. Ele, que era conhecido como o "homem sem sono", porque não parava nunca. Samuel se foi, mas nos deixou todo o seu legado de trabalho.

Finalmente, desejo destacar a realização, durante a próxima semana, do IV ENECOM – Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação, que vai mobilizar todos os futuros jornalistas do Brasil. Este encontro será realizado em Curitiba, devendo reunir cerca de três mil estudantes de Norte a Sul do Brasil. Durante o conclave, serão analisados todos os problemas inerentes à profissão, desde a própria manutenção dos cursos de Comunicação Social em funcionamento.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de reivindicar a esta Casa, o envio de mensagem de congratulações pela passagem do Dia da Imprensa, à Associação dos Jornalistas Profissionais do Brasil e ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Ao mesmo tempo, solicito a transcrição nos Anais, de um voto de aplausos ao Comitê de Imprensa desta Casa, pelo trabalho que realiza dia após dia, fazendo ressoar na comunidade paranaense as atividades do Poder Legislativo".

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE – (**Basílio Zanusso**) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A Nação brasileira foi mergulhada a partir da autocracia imposta ao País, em 1964, privilegiando uma elite, e como tal, minoritária, atrelada aos grandes interesses internacionais; a Nação foi mergulhada em um impasse que é político, porque a autocracia dominante falta a legitimação popular que só pode vir através de eleições livres, limpas, secretas, democráticas e realmente populares.

O impasse que é econômico desde que o modelo econômico brasileiro, totalmente voltado para uma política de exportação, privilegia uma minoria mas provoca o esvaziamento dos nossos campos, provoca um número cada vez mais elevado de desempregados e subempregados. É um impasse, Sr. Presidente, que é social, porque nunca, Srs. Deputados, uma minoria se cercou de tantos privilégios como a elite brasileira está cercada a partir das normas privilegiantes impostas pelo autoritarismo a partir de 1964, e com a implantação da ditadura militar, através da promulgação do Ato Institucional 05, de 13 de dezembro de 1968.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais grave do que o impasse político, que uma Assembléia Nacional Constituinte gerando um novo pacto social poderá resolver, mais grave do que o impasse econômico, mais grave do que um impasse social, o autoritarismo nos mergulha também, num impasse cultural. Se em 1961 foram estabelecidas, a partir do Congresso Nacional em plena vigência da Constituição liberal de 1946, a Lei 4024, criando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o acordo MEC-USAID e outras tentativas desta mesma elite dominante em fazer um modelo educacional brasileiro, atrelar-se as necessidades de preparação de uma mão-de-obra barata, abundante, disponível e não reivindicatória, à disposição dos grandes conglomerados econômicos gerou então, a partir de 1971, a famosa Lei número 5692, responsável pela nova estruturação do modelo educacional brasileiro.

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos no ano de 1980, nove anos após a sanção e a entrada em vigência da Lei número 5692, que entre outras coisas pretendia uma educação primária obrigatória e gratuita como responsabilidade do Estado da faixa etária dos sete aos quatorze anos de idade, levando, a partir daí, o educando a um ensino dito profissionalizante.

E, de outro lado, a reforma universitária, colocando em prática os ditames do acordo MEC-USAID, tentando descaracterizar e despersonalizar o movimento estudantil brasileiro.

Porque sabia e a História Brasileira aí está para demonstrar e aprovar, que a vanguarda das grandes reivindicações sociais, Srs. Deputados, sempre tinha o movimento estudantil a presidí-la, a participar do seu comando e, acima de tudo, a enfrentar os esbirros da prepotência, da repressão nas ruas e praças das nossas cidades.

Vamos constatando que hoje o modelo educacional brasileiro, fruto de uma lei recente, está totalmente falido, totalmente alienado de uma verdadeira realidade nacional e muito distante dos anseios e das necessidades populares.

Hoje, a universidade brasileira, que como universidade deveria pautar as suas atividades em cima de três diretrizes básicas e fundamentais, a primeira delas, a preparação de uma mão-de-obra realmente eficiente, enquadrada, atendendo as necessidades e anseios do Brasil como Nação, e não do Brasil como uma elite representativa de interesses que não dizem respeito às reais necessidades brasileiras; se ela não atende esta diretriz básica, este objetivo primeiro e inicial, de uma formação de mão-de-obra efetivamente necessária ao atendimento dos anseios e das necessidades populares, a universidade brasileira não atende também à segunda diretriz fundamental, de toda e qualquer universidade, que é a dedicação, o amparo, o incentivo e o estímulo à pesquisa como norma de desenvolvimento de uma tecnologia nacional, uma tecnologia própria. Uma tecnologia que é muito mais que aperfeiçoar mão-de-obra para servir em funções executivas das grandes empresas nacionais e internacionais.

Este setor de pesquisa deveria, fundamentalmente, ater-se às necessidades do País como Nação, do País em busca de uma tecnologia própria.

Ainda ontem, esta Casa recebia um requerimento de autoria do Deputado Deni Schwartz, em que ele pedia providências do Governo Federal, para que não se multinacionalize um dos poucos setores da economia nacional, em que foi desenvolvida uma tecnologia própria, qual seja a do setor do álcool.

Entretanto, está aí, nos descaminhos do Congresso Nacional, o projeto de lei da Lei dos Cultivares, a tentar sugar um pouco de tecnologia própria que existe neste País, em termos de Instituto Agronômico de Campinas, em termos do Instituto Agronômico do Paraná, em termos de pesquisas isoladas de diversas universidades do Brasil, tentando levar esta pesquisa e este resultado para a ganância das empresas nacionais.

Mas, Sr. Presidente, se as duas colunas básicas da Universidade não tiverem os seus objetivos atingidos, qual seja, a preparação da mão-de-obra, qual seja, o setor de pesquisas, a terceira coluna-mestra em que deve pousar toda e qualquer universidade de qualquer civilização, que é a da formação de lideranças sociais e dos quadros que devem surgir dentro do processo biológico e natural, social, do suceder de gerações, então aí sim, a universidade brasileira dentro deste modelo educacional, falida, corroída e alienada por um regime de exceção, por um sistema de repressão e acima de tudo por uma sistemática de aniquilação das verdadeiras lideranças estudantís, aí sim, a universidade brasileira entrou num processo efetivamente de falência, porque a partir de 1964, mas muito mais, a partir de 1969, foram cerceadas as verdadeiras entidades representativas da classe estudantil; foi encarado o estudante como um sinônimo de contestação; foi visto o estudante como um objeto de repressão, de inimigo do regime; de inimigo do sistema vigente.

Então, a universidade não atende ao seu objetivo de formar a mão-deobra; não atende ao seu objetivo de desenvolver a pesquisa. E não atende ao objetivo fundamental de formar quadros para a sociedade civil, de formar lideranças sociais, para que essas lideranças ocupem os nossos lugares hoje e no dia de amanhã.

Diante deste quadro, Sr. Presidente, diante desta paisagem, Srs. Deputados, é plenamente compreensível a atitude tomada por duas categorias diferentes; de um lado, as diversas associações de professores do Brasil, e de outro lado, a União Nacional dos Estudantes.

Ambas categorias, ambas, junto de entidades representativas decretando para esta semana uma greve geral, de um lado os professores, afastando-se de suas cátedras, em razão, Sr. Presidente, de um impasse social que aí está; em razão, Srs. Deputados, de um impasse cultural em que a Nação foi mergulhada.

Digo de um impasse social, porque hoje a categoria

profissional dos trabalhadores do ensino, dos homens que dedicaram a sua formação e dedicam sua vida ao magistério, dentro deste impasse social, essa categoria vai se proletarizando, dia a dia, a passos visíveis e evidentes.

Em 1968, Sr. Presidente, um professor tinha na sua folha de remunerações, equivalente ao nível 5 do Estatuto do Magistério, uma remuneração equivalente a cinco salários-mínimos; hoje esta remuneração caiu para cerca de dois a três salários-mínimos. E tem que haver uma razão e uma justificativa para isto. Mas também, há 10 anos atrás, Sr. Presidente, o Orçamento da União destinava à Educação cerca de doze por cento das suas consignações para a educação; hoje, esta consignação caiu a menos de quatro por cento.

Reduz-se a fonte de abastecimento; deprecia-se a qualidade do ensino; deprecia-se, conseqüentemente, o modelo educacional brasileiro como um todo.

E hoje, entre os milhares de desempregados da região metropolitana de Curitiba, encontram-se profissionais liberais, como engenheiros, arquitetos, economistas, contabilistas. Não basta apenas o portar de um diploma em suas mãos, para garantir entrada no mercado de trabalho, cada dia mais estrangulado.

Não bastasse apenas o estado de falência em que está o modelo educacional brasileiro, organizado para preparar mão-de-obra barata, abundante e disponível para as empresas multinacionais e para as grandes empresas nacionais. Mas estas empresas, hoje, sentiram a situação das Universidades brasileiras, dos cursos profissionalizantes.

E hoje, Sr. Presidente, e agora, Srs. Deputados, as grandes empresas voltam as suas costas para as universidades brasileiras; ignoram a existência dos cursos profissionalizantes e criam em seu interior, diretorias de recursos humanos, e passam a preparar emergencialmente, a sua própria mão-de-obra dentro dos seus quadros empresariais.

Então, não é à toa, não é em vão que os professores entram, nesta semana, num período de reflexão, num período de conclamação e, acima de tudo, num período de sensibilização da opinião pública do Paraná e do Brasil, para a situação em que foi mergulhada a educação paranaense, a educação brasileira.

Paralelamente, se de um lado a categoria profissional dos trabalhadores do ensino entrou num recesso, que muito mais do que uma greve, é uma parada para sensibilizar a sociedade civil para as condições de proletarização, para as condições de esvaziamento e para as condições de ineficiência do modelo educacional brasileiro, os professores reivindicam e toda a sociedade sabe: melhoria salarial, reajustes semestrais.

Mas, reivindicam muito mais, Srs. Deputados: reivindicam para os nossos filhos, para a geração dirigente de amanhã um modelo educacional que realmente atenda, Sr. Presidente, aos anseios e às necessidades populares deste País, cujos dados o recenseamento de 1980 há de mostrar, de uma população sem perspectivas; de uma sociedade sem futuro; de um País agrícola, mas que se metropoliza e se concentra aceleradamente nas grandes cidades, esvaziando os nossos campos, frustrando e traindo a nossa tradição, a nossa vocação e a nossa estrutura fisiográfica como País continental.

Não é esta a finalidade da Lei número 4024, quando estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Certamente não era esse o objetivo de milhares e milhares de professores que se reciclaram, dentro dos parâmetros da Lei número 5692, para implantar uma reforma de ensino. Ensino que desse uma educação elementar, no seu primeiro núcleo.

Mas hoje, Srs. Deputados, apesar de gratuito, apesar de obrigatório, apesar de compulsório, 13 milhões de crianças, dentro da faixa etária de 7 a 14 anos, não cumprem o dispositivo constitucional da obrigatoriedade, da gratuidade da educação, na faixa de 7 a 14 anos.

E como então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, falar-se ainda em educação permanente, em escolarização pré-primária, quando hoje sabemos que dos 25 milhões dos menores carentes e abandonados, mais de 60 por cento deles chegam ao 1º ano do 1º Grau, com sete anos de idade, comprometidos biologicamente, psicologicamente, comprometidos socialmente.

O que fará o professor com uma criança de sete anos que, em razão de um modelo econômico, que em razão de um modelo social, é criada nas condições mais absurdas de subumanidade, nos anéis da miséria e de pobreza das grandes cidades. E, conseqüentemente, terá o seu cérebro atrofiado por falta de alimentação, por falta de nutrição. Tem o seu espírito bloqueado, traumatizado pela desagregação das famílias, pelo abandono a que são relegadas essas crianças, pela necessidade de sobrevivência de seus pais que saem, na luta do dia a dia, para apenas sobreviver.

O que dizer dessas crianças que chegam ao 1º ano do 1º Grau já comprometidas socialmente, com uma visão de uma sociedade que lhe é hostil, de uma sociedade que a repele. E, conseqüentemente, Sr. Presidente, de cada cem crianças, com ingresso no 1º ano, mais da metade não conseguem chegar ao 2º ano.

É este o modelo educacional brasileiro, Srs. Deputados, que aí está, fruto luzidio, fruto primoroso do autoritarismo imposto ao País durante quase dezessete anos, quando a isso se levantavam as lideranças estudantís, quando contra isso se levantavam as lideranças das categorias profissionais dos trabalhadores da educação. Aí estava o aparelho repressivo lubrificado, eficiente e capaz para tentar e conseguir massacrar e calar as vozes das lideranças estudantis e das lideranças do magistério.

E hoje então, a greve dos professores de um lado, que eu não chamaria de greve, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu chamaria, isto sim, uma parada social para reflexão, um tempo de meditação, um tempo de sensibilização contra o crime que se comete contra as gerações futuras.

Se nós, hoje, temos a triste constatação que perdemos 43 milhões de brasileiros, irmãos nossos mergulhados na miséria das grandes cidades, mergulhados no migrar de uma região para outra região, no migrar interno de município para município, no inverno doloroso e tenebroso dos pátios das estações ferroviárias e rodoviárias, dos caminhos do Paraná e do Brasil, num mergulhar sem perspectiva de uma floresta amazônica.

Se nós já perdemos essa geração, estamos também, Sr. Presidente, e este é o sentido da parada para refletir que os professores fazem nesta semana, e estamos também comprometendo a geração de amanhã em razão e em função de um modelo educacional furado, frustrado, falido, e que não nos conduzirá a nada.

Paralelamente a isto, Srs. Deputados, a União Nacional dos Estudantes, órgão legítimo representativo da classe estudantil, órgão legítimo, mas posto na ilegalidade. Mas que ilegalidade é esta que foi sacramentada, ungida e consagrada pelo sacramento do reconhecimento popular que o povo e a sociedade civil vê e reconhece na União Nacional dos Estudantes, um órgão representativo da classe? E a sua ilegalidade nada vale e tanto que nada vale, que o sistema é obrigado a engolí-la como órgão representativo da classe, a União Nacional dos Estudantes.

Em salas de aulas de cátedras vazias, em escolas vazias na parte do magistério, a União Nacional dos Estudantes esvazia também as salas de aula numa greve cujo objetivo e cujo sentido fundamental, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem também a mesma causa, embora a justificativa e a fundamentação dadas à opinião pública contenham, entretanto, aparências distintas. Se de um lado os trabalhadores da educação reivindicam nesta parada de meditação e reflexão, condições materiais para a continuidade de sua missão que se confunde, Sr. Presidente, tantas vezes com o sentido sacral do sacerdócio, mas que precisa

também dentro da afirmação bíblica de que nem só de pão vive o homem, mas pressupondo, Srs. Deputados, que também de pão ele vive, exigindo melhores condições materiais para esta categoria profissional, fruto, sem dúvida alguma, da degenerescência em que foi mergulhada a educação brasileira, entregue a aves de rapina consumistas, feitas através de instituições que formalizaram, Sr. Presidente, verdadeiras indústrias de captação de recursos, à margem da lei, contra a lei, mas atreladas ao poder dominante; e isto dá a estas instituições o caráter de impunidade, porque não respeitam os pressupostos da lei.

Industrializou-se o ensino neste País. Pretende-se lançar, no meio da sociedade civil, dezenas, centenas, milhares, milhões de semi-analfabetos, com o canudo debaixo do braço, frutos e vítimas acima de tudo, Sr. Presidente, de uma indústria desumana, de uma indústria voraz, de uma indústria ilegal, da educação.

O SR. PRESIDENTE – (**Fabiano Braga Côrtes**) A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência, neste momento, passa a falar em nome da Liderança do Partido do PMDB.

O SR. RENATO BERNARDI – Agradeço, Sr. Presidente.

Esta instituição que aí está é absolutamente leiga, não leiga no sentido literal, que se pretendia, educação leiga sem o sentido sectário, não. É uma educação leiga porque amoral, porque aética, Sr. Presidente, porque não respeita os valores fundamentais da criatura humana.

Aí justifica-se a parada dos professores, conclamando a sociedade civil para um tempo de reflexão e a parada liderada pela União Nacional dos Estudantes, para exigir um fim deste amoralismo educacional, de uma educação aética, de uma educação, acima de tudo, inútil para o trabalhador, inútil para o filho do trabalhador, inútil para as necessidades nacionais, inútil para os anseios populares.

A Bancada do PMDB, Sr. Presidente, através da palavra de sua Liderança e pela unanimidade de seus integrantes, solidariza-se plenamente, historicamente, socialmente, integralmente, aos movimentos dos professores e aos movimentos dos estudantes.

Sr. Presidente, passo a usar, dentro do horário da liderança, deste tempo que me resta, para dar a posição do PMDB diante do ato que ontem promulgou a Emenda Constitucional n.º 17, prorrogando os mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores etc.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

(**Lê**): "Na data de ontem, a Mesa do Congresso Nacional, em um ato prestigiado majoritariamente por Senadores Biônicos, deu promulgação à Emenda Constitucional n.º 17, que adia as eleições municipais, previstas para este ano, para 1982.

Os mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, eleitos a 15 de novembro de 1976, com vigência de 1.º de fevereiro de 1977, a 1.º de fevereiro de 1981, passam a ter uma duração constitucional de mais dois anos, terminando a 1.º de fevereiro de 1983.

O cidadão, preocupado com os direitos da sociedade civil como um todo e com seus direitos individuais em termos de representação, há de ficar perplexo e aturdido diante do ato constituinte do Congresso Nacional que, por sua maioria, lhe tolheu o direito à livre representação popular, fonte geradora de qualquer mandato.

"Consumatum est".

O assunto, entretanto, deve merecer alguns registros.

A prorrogação de mandatos municipais não pode ser analisada de forma isolada, como um ato constituinte em si. Deve ser vista como um ato a mais da escalada de mexicanização do processo político brasileiro. O fato histórico da implantação de um regime autoritário, a partir de 31 de março de 1964, desembocando na Ditadura Militar, imposta ao País e à Nação, com a edição do Ato Institucional número 05 (AI-5) a 13 de dezembro de 1968, afastando do poder decisório nacional toda a sociedade civil.

O autoritarismo vigente, uma autocracia no mais perfeito conceito semântico, traiu toda a ideologia apregoada na justificativa da tomada de poder de 1964.

Os modelos adotados, porém, no campo político, econômico, social e cultural, conduziram a Nação para um impasse insolúvel.

O poder, detido por uma minoria e mantido "manu militari", ressentiu-se permanentemente, de legitimidade.

A questão da legitimidade passou a ser a preocupação maior da elite dominante, atrelada a um modelo de desenvolvimento em que o povo, como entidade social, e, portanto, com aspirações biológicas, psicossociais, culturais e participativas, foi relegado a uma marginalização total.

A autocracia, se pudesse, daria eleições limpas, livres, diretas e democráticas. As experiências feitas, entretanto, sempre tiveram resultados diferentes dos pretendidos pelos autocratas.

Já em 1965, convocou-se o povo para as eleições diretas em 11 (onze) Estados. Os resultados não foram os esperados, e o regime autocrático se vê na obrigação de editar o Ato Institucional número 02, extingüindo os partidos políticos vigentes e estabelecendo as eleições indiretas para os governos estaduais,como coisa passageira.

De passageiras, passam à norma permanente. Foram os primeiros biônicos, funcionando como delegados do Poder Central junto aos Estados.

A Constituição de 1967 (15 de março), promulgada no final do Governo Castelo Bramco, deveria ser o projeto político da auto-denominada Revolução de Março.

O projeto durou apenas um ano e meio. Já em setembro de 1968, um simples "pinga-fogo" do Deputado Márcio Moreira Alves, serviu de pretexto para a radicalização de posição dentro da elite dominante. Foi editado, então, o Ato Institucional número 05, e com ele, implantado um regime de terror cujas seqüelas a sociedade civil sente até hoje.

Em 1974, o General Ernesto Geisel, tenta um projeto de distensão, chamada lenta e gradual. A lisura das eleições parlamentares redundou na eleição de 16 Senadores da Oposição contra apenas 6 do regime.

O "pacote de abril", de 1977, mudou totalmente a fisionomia do regime. Passou a procurar a legitimidade, através de casuísmos e artifícios legais.

A prorrogação de mandatos foi fruto do "pactote de abril".

Não foi, porém, legítima

A maioria congressual, obtida na votação da matéria, resultou de eleições em que um terço do Senado foi constituida bionicamente.

A Lei Falcão posssibilitou uma maioria discutível, sem se falar em abuso de poder econômico e político.

A prorrogação de mandatos não tem precente na História do País, e recebe a repulsa de toda a Nação.

A sociedade civil defronta-se hoje com o fato consumado.

O que fazer? A autocracia tem um objetivo essencial: o continuismo. Por ele, luta com todas as armas possíveis. O grande fruto de tal luta, gera o filho primogênito de toda Ditadura: a Corrupção.

Tornou-se lugar comum, falar e denunciar casos de corrupção. A autocracia nem mais se defende. Aceita a regra da História, mas dela não aprende as lições. Chegou a hora de uma grande frente popular e democrática como forma de reagir às pretensões continuistas da elite dominante.

A Ordem dos Advogados do Brasil, a CNBB, a Associação Brasileira de Imprensa, Sindicatos, entidades estudantis, sociais, profissionais, partidos políticos, afinal, todos os

democratas devem se unir, para que a Nação conquiste um novo pacto social.

A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte é o único e o último remédio pacífico e democrático para o impasse nacional.

A Nação deseja um novo pacto social que a livre do impasse em que está mergulhada. Nele, o estado quer mantê-la; dele, ela só saíra com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que gere uma Constituição realmente livre e soberana, que será a colocação do Brasil nos trilhos da normalidade jurídico-institucional.

É esta a posição, Sr. Presidente, do PMDB, que não concordando com mais um ato de corrupção, como seja a prorrogação dos mandatos, sabe que, entretanto, este não é um ato isolado, é mais um ato da escalada continuísta da autocracia que tomou o Poder pela força e nele procura também se manter pela força.

O nosso remédio, a solução que o PMDB propõe, que a sociedade civil propõe para o grande impasse nacional, é a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, que gere realmente uma Constituição democrática, popular, nacionalista, e que seja o pacto social, parâmetro básico, em cima do qual deve estar caminhando a Nação, e balisadas as decisões de quem detém o poder.

Concedo aparte ao Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz – Vossa Excelência aborda dois temas do momento, e um, naturalmente em conseqüência do outro. O político brasileiro fracassou, e hoje, antes de mais nada é um conivente, quer pelo medo, quer pelo negocismo, quer pelo comodismo.

Aplica a política do avestruz, deixando o seu corpo de fora. Se lesse um pouquinho mais, até nos jornais diários, saberia que as soluções virão e virão urgente. Hoje é a greve dos professores e alunos, talvez um fato inédito, a não ser na bajuladora Universidade Federal do Paraná, os demais professores do País estão em greve. Menos na minha universidade, os professores estão em greve. Aqui, os bajuladores são os de sempre. Aliás, há muitos anos o são.

O SR. RENATO BERNARDI – Eu diria Deputado, não greve, mas, uma parada para a reflexão da sociedade civil.

O Sr. Deni Schwartz – E esta reflexão é muito importante. Se lessem os políticos um pouco mais, saberiam que no lance havido na Favela do Barigüi, mais do que a União de Favelados para construirem duas casas para dois despejados, havia o indício de que a sociedade, por cima da cabeça dos políticos que estão com as suas cabeças enterradas e com o corpo de fora, há uma revolução nas ruas.

Aqueles políticos que aprovam a prorrogação de mandatos, e que vieram discutir no Congresso e aqui nesta Casa, de que era necessária a prorrogação de mandatos porque houve uma reforma partidária, não leram ou não liam há dois anos e meio atrás, quando já Mário Henrique Simonsen, de triste memória, afirmava à Nação inteira – ele, um tecnocrata – que não havia condições no País de haver eleições em 1980, e já estávamos em 1978 ainda, pelas condições econômicas do País.

A reforma partidária foi o modo que se encontrou de se inviabilizarem eleições neste ano. Porque já há dois anos, repito, alegando questões econômicas, o Ministro da Fazenda dizia – e era ridicularizado à época – que não havia condições de haver eleições. Os políticos governistas quais avestruzes, esconderam suas cabeças, deixando o corpo de fora. E aí estão!

Mas, a partir de hoje, eles são responsáveis pela inflação, todos, porque conforme disse o Ministro da Fazenda daquela época, num país com um índice de inflação como estávamos em 1978, não havia condições para eleições. As eleições não saem. Queremos agora que se combata a inflação realmente. E que a inflação caia a zero. Porque, se o que impedia a realização das eleições era a inflação, as eleições estão impedidas, a inflação deve cair.

Deixemos e tiremos a nossa cabeça de dentro do buraco, porque o nosso corpo está nu, e a sociedade brasileira está se levantando, quer sejam os índios que estão se levantando, matando branco a invadir suas terras; quer sejam professores universitários, aqueles que não se acovardaram e não tiveram a infelicidade de terem como reitor um tal de Suplicy, esses professores, tais como aqueles índios, tais como os colonos de Santa Helena, esses homens, assim como os favelados da Favela do Barigüi, estão passando por cima das cabeças dos políticos brasileiros.

E, amanhã, talvez, todos nós recordemos aquele velho conto da Iflor, "quando passarem por cima de nossa flor e cortarem nossa garganta". Há cerca de 20 dias, tínhamos uma gravação de um cronista, político desta cidade, que dizia o seguinte: "Não se deveriam largar bombas nas bancas de jornais, mas sim nas próprias impressoras de jornais".

Foi dito isso numa rádio de Curitiba.

Mas, tive o prazer de sentir que a revolução do povo está nas ruas, quando esse mesmo cronista, ontem pela manhã, dizia: "o governo podia tomar uma providência, o governo precisa tomar uma providência e achar quem está jogando bomba, porque a bomba está chegando à casa dele".

E isto me fez comprovar que, realmente, a direita está desesperada. E se ela está desesperada, é porque o povo está começando a sua revolução, quer seja nas faculdades, na UNE, quer seja o índio que está matando branco, quer seja o colono de Santa Helena, quer seja o favelado do Barigüi.

Enquanto isso, Sr. Deputado, o político, principalmente, o situacionista, qual avestruz, continua escondendo a sua cabeça.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI – Agradeço o aparte e devo dizer a Vossa Excelência que, muito anteriormente ao pronunciamento do ex-Ministro Simonsen, "o pacote de abril, gerando direito na Granja do Torto", foi já o responsável pela prorrogação de mandatos, foi responsável pela minoria simples do Congresso Nacional, foi responsável pela mudança da representação popular, e é o responsável pelo processo de continuísmo que aí está.

Foi sem dúvida alguma o "pacote de abril" o grande engano jogado sobre a Nação, respingando lama nas páginas da História do Brasil.

Muito obrigado. – **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) – Esta Mesa consulta a liderança do Partido Popular se deseja fazer uso do seu horário. Concedo a palavra ao Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR – Sr. Presidente e Srs. Deputados. (**Lê**): "Estamos vivendo um drama muito além da expectativa e da imaginação de Kafka. Se a situação é arrepiante, em virtude da crise em que nos debatemos, com uma dívida externa esmagadora, com a exportação muito aquém das necessidades da nossa balança comercial, e com a inflação a esbarrondar qualquer orçamento doméstico, o caminho certo, para o Poder Público, é o da redução drástica de despesas e o da suspensão de obras supérfluas. Vemos, contudo, que as despesas não sofreram a redução esperada, e o corte de verbas para obras se fez de maneira errada. Paralizaram-se obras de vital importância para a economia nacional. Teme-se agora que o remédio venha a matar o coente.

Vejamos o que aconteceu no Paraná.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem vinha atacando trechos da BR-116 e da BR-277, por serem partes dos chamados "corredores de exportação". Era a duplicação, tão necessária, daquelas rodovias, eixos de ligação, de relevante

importância estratégica, entre o centro consumidor e o sul produtor do país. Dois contornos, em Curitiba, de ligação e de desvio, o DNER também estava executando. O governo federal suspendeu justamente essas obras, numa prova a mais de que a decantada revolução de 1964 tem sido madrasta do Paraná. Ninguém ignora como é deficitária e perigosa a rodovia Curitiba-Paranaguá, a única de escoamento da nossa produção e da produção paraguaia para o Atlântico. As outras eram igualmente necessárias e prioritárias, e todas essas obras iriam contribuir para o aperfeiçoamento do sistema viário, e, conseqüentemente, do sistema de exportação dos produtos agrícolas.

Se a paralização em si ocasionou graves prejuízos, prejuízos menores causou às empresas empreiteiras e aos trabalhadores, porquanto, depois de terem deixado de receber as respectivas faturas por seis e sete meses, as empreiteiras tiveram de despedir alguns milhares de operários, muitos deles especializados. É o fantasma do desemprego em massa, é a falta de ganho, é o desamparo à família, é a miséria, é a fome, é o desespero, enfim.

Uma dessas empreiteiras controlava nada menos de setenta subempreiteiras, que foram forçadas a fechar as portas, por falta de trabalho. Ela vai despedir, de pronto, cerca de três mil trabalhadores, no conjunto. O mercado de mão-de-obra é crítico em todo o país, e muito mais entre nós, que ainda não podemos considerar-nos um Estado industrializado. O problema social daí decorrente é bastante sério, mas não sensibilizou o governo federal.

O Departamento Estadual de Estradas e Rodagem seguiu o exemplo do DNER. Aliás, ao assumir, o governador Ney Braga havia suspenso todos os contratos de construção, como se o Estado possa violar direitos e possa prejudicar impunemente empresas nele confiantes ficaram onerados do maquinário rodoviário e com a localização de centenas e centenas de trabalhadores. A suspensão apanhara todos de surpresa, firmas foram a falência, e o governador não se comoveu com o drama de ninguém

Vemos, agora, a paralização de tudo, e esse tudo já era tão pouco, perante as urgentes necessidades do Paraná.

Chegam-nos informações de que, entre outras, o DER deixou de manter a conservação da Avenida Rui Barbosa, elo de ligação entre a BR-376 e a BR-277, de sua inteira responsabilidade. Em virtude do abandono, aquela movimentada via se acha esburacada, com fundas poças de água suja, pondo em risco a vida de pessoas e contribuindo para grossas avarias nos veículos que ali obrigatoriamente trafegam.

Para escárnio geral, a Polícia Rodoviária se instalou na Avenida Rui Barbosa, para multar os motoristas, uma vez que a indústria da multa é a mais próspera, hoje em dia, em nosso Estado, quase sempre sem haver a infração alegada.

Diante do clamor público, endereçamos à Secretaria de Transportes e ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem o seguinte:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nivaldo Almeida Neto, Secretário de Transportes e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Eler Merlin, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, no sentido de nos fornecer as seguintes informações:

1 – Quais os motivos que determinaram o abandono das obras de conservação da conhecida "Avenida Rui Barbosa" que liga o trecho rodoviário compreendido entre a BR-277 e a BR-376?

2 – Sob responsabilidade de que órgão ficarão agora essas obras?

3 – Tendo em vista o importante papel que ela representa no sistema viário, será reiniciada? Quando?

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1980.

a) EDILSON ALENCAR"

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) – A Mesa consulta a liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. – (**Declina**)

Tendo declinado, concedo a palavra no horário reservado ao PDS ao nobre Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (**Lê**):

"Desde o seu início, o governo de Ney Braga vem se caracterizando por uma política austera no setor de gastos e, desta maneira, vem atendendo aos apelos do governo federal. A crise financeira que enfrenta não só o Brasil como diversos países do mundo, vem sendo assim combatida pelo governo estadual através de atos que são exemplos para outros Estados da Federação.

Entre as medidas adotadas pelo governo, ressalte-se o esforço que vem sendo realizado por intermédio da Secretaria da Administração e que resultou na adequação das escalas e dos padrões de obras. Através de um decreto-lei assinado há cerca de seis meses, o governo determinou que as obras precisam ser edificadas de acordo com critérios de austeridade que proíbem, por exemplo, o uso dos vidros do tipo "fumê", de carpetes e de paredes divisórias de material plástico importado. Um belo exemplo de gasto em demasia é o prédio onde se localiza a ACARPA, no bairro da Boa Vista. Trata-se de um autêntico monumento onde o agricultor simplesmente tem medo de pisar devido à sua suntuosidade.

Por outro lado, ainda dentro da política de combate ao luxo e ao desperdício, houve, no período de 1977 a 1979 uma redução de 32%; gastou-se 30% a menos em homenagens e recepções; reduziu-se a utilização do material permanente também em 30% enquanto que no período 1978-1979 o gasto de combustível teve um decréscimo de 15%, principalmente em função da implantação do programa de álcool hidratado na frota oficial do Estado.

Todas estas medidas e outros que ainda serão tomados por iniciativa do governador Ney Braga provam que o governo do Estado está sabendo administrar a coisa pública dentro de critérios realísticos para o momento atual.

Porisso depositamos aqui a nossa confiança na austeridade deste governo que realmente compreende o momento difícil porque passa a Nação e procura se adaptar a ele sem, entretanto, prejudicar a qualidade de vida do povo paranaense, procurando orientar as suas normas e indicar as diretrizes do Governo nas obras que são estritamente necessárias ao desenvolvimento de Estado, sem que os recursos aplicados venham a trazer outras medidas que possam danificar o erário público, sem que alcancem os objetivos desejados."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputado.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoiamento. – **Apoiado.** – Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 72/80, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública a "Associação Cristã de Assistência Social - Lar dos Meninos do Xaxim", da cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 88/80, de autoria do Deputado ANTÔNIO ROMERO FILHO, que altera redação da

Lei n.º 6755, de 16/12/75, passando a declarar de utilidade pública o "Lar São Vicente de Paulo", mantenedora do Asilo São Vicente de Paulo, em substituição a Conferência Vicentina São Francisco de Assis, Sociedade São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 97/80, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá", com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 99/80, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bandeirantes", com sede e foro na cidade de Bandeirantes - PR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 104/80, de autoria do Deputado DARCY DEITOS, que declara de utilidade pública a "Loja Maçônica Oliveira Zanini n.º 45", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 105/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 49/80), que prorroga até 30 de setembro de 1982, (um mil e novecentos e oitenta e dois) os efeitos da Lei n.º 6.547, de 06 de junho de 1974). (Código de Vencimentos da PMEP). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.S.P., por unanimidade. COM PRAZO CONSTITUCIONAL À VENCER EM 22/09/80. – **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, com o apoiamento do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em acidente rodoviário, do Bacharel Elói Paglioni e de sua esposa Vera Lúcia Real Paglioni. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Delegado da Polícia Civil Elói Paglioni e de sua esposa Vera Lúcia Real Paglioni. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela III Reunião de Confraternização da Família Abujamra, que será realizada em São Paulo. – Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (**Pela ordem**) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA (**Pela ordem**) Sr. Presidente, antes porém, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) – A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal.

(**É feita a chamada**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) – Responderam a chamada 19 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.os 99, 104 e 105/80.

1.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n.os 41, 42, 43 e 46/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária, para sexta-feira, dia 12, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei n.s 34/78, 27/79, 28, 61, 63, 66, 67, 70 e 94/80 e dos Projetos de Resolução n.os 26 e 38/80.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 354/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6431, de 22 de julho de 1980, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a MARIA HERCÍLIA CÂMARA CONTER, matrícula n.º 426, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 3.º qüinqüênio, compreendido entre 28 de setembro de 1973 e 28 de julho de 1977, antecipado em razão da incorporação referente ao 2.º qüinqüênio e das férias de 1973, 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de setembro de 1980.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTES – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

ATOS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9.ª LEGISLATURA – 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 15.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Deni Schwartz, Vice-Presidente da Comissão, e presentes os Senhores Deputados: Ezequias Losso, José Tavares, Fidelcino Tolentino, Paulo Camargo, Renato Loures Bueno, Ruben Valduga, Werner Wanderer e Waldyr Pugliesi, bem como demais Senhores Deputados de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI N.º 49/79, do Deputado Ezequias Losso. Relator Deputado José Tavares. Voto em separado do Deputado Paulo Camargo. Em discussão e votação. APROVADO o voto em separado com Parecer FAVORÁVEL e Projeto de Resolução para consulta à população. 2) PROJETO DE LEI N.º 87/80, do Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Requer seja convertido em diligência junto ao autor, a fim de anexar documentos. Deferido. 3) PROJETO DE LEI N.º 102/80, do Deputado Erondy Silvério. Relator Deputado Deni Schwartz. Requer seja convertido em diligência junto ao autor a fim de prestar esclarecimentos. Deferido. 4) PROPOSIÇÃO N.º 45/80, do Poder Executivo. Mensagem n.º 40/80, encaminhando cópia dos convênios celebrados com os Municípios de Assaí e Maringá, como especifica. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. APROVADO. 5) PROPOSIÇÃO N.º 49/80, do Poder Executivo. Mensagem n.º 47/80, encaminhando cópia do convênio com o Município de Foz do Iguaçu, como especifica. Relator Deputado Renato L. Bueno. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. APROVADO. 6) PROPOSIÇÃO N.º 50/80, do Poder Executivo. Mensagem n.º 48/80. Convênio com o Município de Cascavel, como especifica. Relator Depu-

tado Renato L. Bueno. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. APROVADO. 7) PROPOSIÇÃO N.º 54/80, do Poder Executivo. Mensagem n.º 52/80. Convênios celebrados com diversos Municípios, como especifica. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. APROVADO. 8) PROJETO DE LEI N.º 109/80, do Deputado Pinto Dias. Relator Deputado Deni Schwartz. Deferida vista ao Deputado Fidelcino Tolentino. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, Deputado Deni Schwartz, encerrou a reunião. Lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, para que produza os efeitos legais, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Augusto Carneiro, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

Rita Soares Bertoli — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
9.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 16.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta, na Sala de Reuniões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Augusto Carneiro, e presentes os Senhores Deputados membros desta Comissão e demais Senhores Deputados, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia com o PROJETO DE LEI N.º 98/80, do Deputado Nelson Buffara. Declara de utilidade pública o Hospital e Maternidade de Morretes. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados desta Comissão, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

Rita Soares Bertoli — Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA
ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta, às dezoito horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Florivaldo Palácios e com a presença dos Senhores Deputados Romero Filho vice-Presidente, José Domingos B. Teixeira, David Cheriegate, Cyro Martins, João Elísio e Fiori Luiz. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. Tendo sido relatados os PROJETOS DE LEI N.º 52/80 de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a asfaltar a Rodovia que liga o Município de Iguaraçu ao Distrito de Ângulo do mesmo município até a sede do Município de Flórida. Relator Senhor Deputado Cyro Martins. Parecer CONTRÁRIO. PROJETO DE LEI N.º 64/80, de autoria dos Senhores Deputados Deni Schwartz, Domício Scaramella, Renato Bueno e João Elísio. Que denomina "Rodovia Engenheiro Tancredo Benghi", a Rodovia PR-170, partindo da BR-153, no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhalão, até Guarapuava. Relator Senhor Deputado Cyro Martins. Parecer FAVORÁVEL. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1980.

aa) FLORIVALDO PALÁCIOS — Presidente

Diva do Valle Cavalcanti — Secretária